

Uma jornada rumo à transformação do financiamento da educação em África

Aprendizagem em todos 4S



Aprendizagem em todos 4S

Ao longo de 18 meses, a Colaboração para a Aprendizagem sobre Financiamento da Educação reuniu coligações educativas e organizações da sociedade civil de 18 países da África Ocidental, Central, Oriental, Setentrional e Austral para aprender, reflectir, testar novas abordagens e reforçar a defesa colectiva do financiamento de uma educação pública equitativa e de qualidade.



Thandiwe Banda, da Zâmbia, que fez uma apresentação sobre a Colaboração para a Aprendizagem, foi coautora das Recomendações da Carta de Nairobi.

Coordenada pela ActionAid International e apoiada pela Education Out Loud, a Colaboração criou um espaço multilingue único para a aprendizagem inter-regional, a solidariedade e a acção colectiva em matéria de financiamento da educação.

Através da aprendizagem entre pares, da investigação-acção e da defesa colectiva, os participantes relacionaram cada vez mais o financiamento da educação com questões mais amplas de dívida, tributação, desigualdade e justiça económica. Em vez de um programa de formação tradicional, a Colaboração enfatizou a aprendizagem experiencial — combinando o intercâmbio entre pares, a reflexão, a investigação-acção e a defesa colectiva.

O processo juntou seis webinários multilingues, espaços de aprendizagem partilhados, investigação-acção a nível nacional e um encontro presencial em Nairobi, culminando no lançamento da Carta de Nairobi sobre a Transformação do Financiamento da Educação.

As discussões basearam-se no quadro dos 4S da ActionAid — Partilha, Dimensão, Sensibilidade e Escrutínio —, ao mesmo tempo que se apoiaram em conhecimentos especializados mais amplos em torno da justiça da dívida, justiça fiscal, orçamentação inclusiva e abordagens baseadas nos direitos ao financiamento da educação, incluindo o acompanhamento de projectos-piloto africanos que utilizam a campanha brasileira sobre o direito à educação, o modelo CAQi/CAQ,¹ para o cálculo de custos de qualidade com base no direito à educação e nos compromissos assumidos.

Ao longo do percurso, os participantes passaram de discussões familiares sobre orçamentos para a educação e compromissos de despesas para questões mais profundas sobre dívida, tributação, inclusão, responsabilização e justiça económica. Ao fazê-lo, o financiamento da educação passou a ser cada vez mais entendido não apenas como uma questão técnica, mas também como uma questão de direitos, equidade e justiça.

A Colaboração culminou no lançamento da Carta de Nairobi sobre a Transformação do Financiamento da Educação — um apelo colectivo à transformação do financiamento da educação e ao avanço do direito a uma educação pública de qualidade em toda a África.



1. O CAQi (Custo Aluno-Qualidade Inicial) é uma metodologia de cálculo dos custos da educação baseada nos direitos, desenvolvida pela Campanha Brasileira pelo Direito à Educação. Identifica as condições mínimas necessárias para uma educação de qualidade e estima o financiamento necessário para as garantir de forma equitativa.

«A mudança mais significativa para a qual a Colaboração de Aprendizagem contribuiu é uma mudança na forma como abordamos a defesa de causas – passando de mensagens baseadas na experiência para uma acção mais estruturada, informada por dados e estrategicamente alinhada.» PARTICIPANTE DA COLABORAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM, AVALIAÇÃO FINAL

O que os participantes procuravam

Antes do início da colaboração, uma [avaliação das necessidades](#) destacou lacunas significativas de conhecimento e capacidade nas quatro dimensões do quadro 4Ss:

- A dimensão **«Tamanho»** apresentava as lacunas de conhecimento mais profundas, particularmente em torno da justiça fiscal, da justiça da dívida, dos sistemas fiscais internacionais e do impacto do serviço da dívida no financiamento da educação.
- As actividades **de escrutínio** já estavam em curso em muitos contextos, mas centravam-se frequentemente nos anúncios orçamentais, com menos experiência no acompanhamento da chegada efectiva dos recursos às escolas e comunidades.
- As lacunas **de sensibilidade** centravam-se no orçamento inclusivo, nos dados desagregados, nas desigualdades regionais e no financiamento para grupos marginalizados.
- A **partilha** era a área mais familiar, mas os participantes identificaram ainda lacunas no acesso a dados atempados sobre défices de financiamento, despesas por aluno e dotações orçamentais.

A aprendizagem entre pares e a solidariedade regional emergiram como prioridades fortes. Os participantes procuravam não apenas recursos técnicos, mas oportunidades para aprender uns com os outros, reforçar a análise política e ligar a defesa do financiamento da educação a questões mais amplas de desigualdade, responsabilização pública e justiça económica.

À medida que a Colaboração se desenrolava, estas prioridades iriam moldar tanto o percurso de aprendizagem como o crescente reconhecimento de que a transformação do financiamento da educação exige olhar para além dos orçamentos da educação.



Momento de aprendizagem 1

Partilhar: O que os governos priorizam

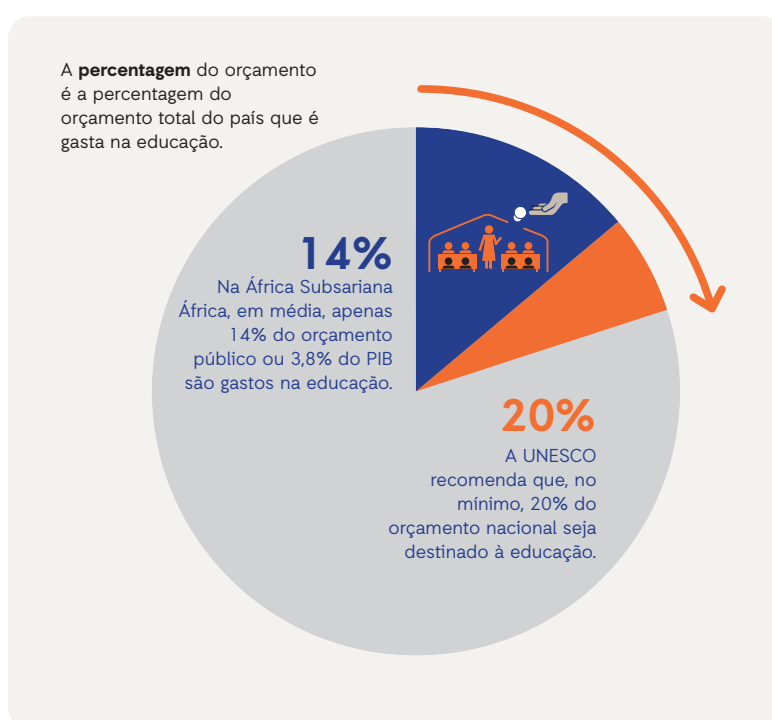
«Mesmo nos casos em que a educação recebe uma parte relativamente grande do orçamento, os sistemas educativos podem continuar sob pressão e subfinanciados.» ELISABETH MASSALY COSYDEP, SENEGAL

A primeira sessão de aprendizagem centrou-se na parcela da educação nos orçamentos nacionais e no PIB, explorando os parâmetros de referência amplamente reconhecidos requisitando que os governos atribuam pelo menos 20% da despesa pública e/ou 6% do PIB à educação.

As discussões analisaram por que razão as dotações em muitos países africanos permanecem abaixo destes parâmetros de referência. No entanto, os participantes reflectiram também sobre um desafio mais profundo: mesmo quando os países cumprem as metas internacionais, os sistemas educativos podem continuar a ter dificuldades em proporcionar uma educação de qualidade devido ao peso da dívida, às baixas receitas internas, às pressões demográficas e a restrições orçamentais mais amplas.

A sessão destacou também como as elevadas contribuições das famílias continuam a agravar a desigualdade, enquanto o aumento do peso da dívida limita cada vez mais o investimento público na educação em toda a região.

De forma mais ampla, a discussão questionou o pressuposto de que as percentagens, por si só, garantem uma educação de qualidade ou equitativa.



Aprendizagem entre pares – Senegal e Benim

A Coalizão Senegalesa de *Organisations en Synergie pour la Défense de l'Éducation Publique* (COSYDEP) partilhou reflexões sobre um contexto em que a educação tem recebido consistentemente mais de 20 % da despesa pública, mas onde persistem desafios significativos em matéria de qualidade, equidade e condições de aprendizagem. A sua experiência destacou uma lição importante para a Colaboração: embora a percentagem orçamental continue a ser um parâmetro de referência importante, não pode, por si só, determinar se a educação está adequadamente financiada.

Isto tornou-se uma importante reflexão colectiva em toda a Colaboração: *a percentagem é importante, mas por si só é insuficiente*. À medida que se desenrolavam discussões posteriores sobre a dívida e o espaço fiscal, Mamadou Ndiaye, do COSYDEP, observou que focar-se apenas na percentagem do orçamento destinada à educação pode dar uma imagem incompleta quando o serviço da dívida e outras restrições fiscais não são tidos em conta.

«As discussões ajudaram-nos a perceber que a dívida também está a afectar o financiamento da educação no Senegal. Tínhamo-nos concentrado na percentagem do orçamento dedicada à educação, mas começámos a perceber como os pagamentos da dívida determinam, em primeiro lugar, o que está disponível para a educação.» MAMADOU NDIAYE, COSYDEP, SENEGAL

Participantes anglófonos numa discussão durante uma sessão de trabalho.



A Social Watch Benim demonstrou como a sociedade civil pode envolver-se estrategicamente ao longo de todo o ciclo orçamental, em vez de apenas após as decisões terem sido tomadas. Através do envolvimento com os responsáveis pelo planeamento orçamental, comissões parlamentares e da produção de resumos orçamentais acessíveis, a Pamela ilustrou como a defesa de causas pode passar de respostas reactivas para uma influência mais sustentada nas decisões de financiamento da educação.

«Temos de nos concentrar não só na forma como o bolo é dividido, mas também em fazer crescer o bolo.»

ASHINA MTSUMI, ALIANÇA PARA OS IMPOSTOS E A EDUCAÇÃO



Participantes a analisar uma apresentação.

Aprofunde

Para aceder a todas as apresentações, gravações e recursos partilhados desta sessão, digitalize o código QR.



Momento de Aprendizagem 2

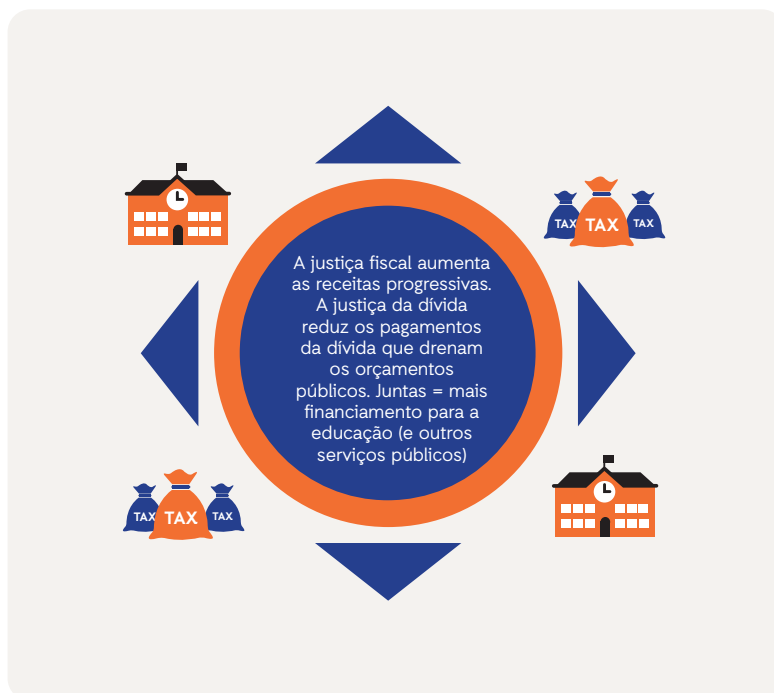
O Serviço da Dívida Está a Corroer os Orçamentos da Educação

«O serviço da dívida está a afectar directamente a educação em todo o continente africano de várias formas muito concretas.»

A MOCHOGE, AFRICA DEBT JUSTICE NETWORK

Com base nas discussões sobre a percentagem do orçamento dedicada à educação, a primeira sessão de aprendizagem, da Dimensão, centrou-se na relação entre a dívida, o espaço orçamental e o financiamento da educação. As discussões exploraram como o serviço da dívida, as medidas de austeridade, as condições impostas pelo FMI e a redução do espaço orçamental estão a diminuir os recursos disponíveis para a educação em muitos países africanos.

A sessão marcou uma mudança importante no percurso de aprendizagem, ligando o financiamento da educação de forma mais directa à política macroeconómica, aos sistemas financeiros globais e à justiça da dívida.



Principais conclusões da sessão

- **O serviço da dívida está a excluir directamente o financiamento da educação** em todo o continente, com muitos países a gastar agora mais no reembolso da dívida do que na própria educação.
- **Surgiu um ponto cego crítico:** a percentagem da despesa com a educação é calculada antes ou depois de o serviço da dívida ter sido deduzido do orçamento? Muitos participantes não tinham anteriormente analisado como os pagamentos da dívida redefinem o próprio significado da percentagem do orçamento destinada à educação. As discussões destacaram a crescente procura de ferramentas práticas para acompanhar a dívida e analisar o seu impacto nos orçamentos da educação.
- **Os participantes identificaram também a monitorização da massa salarial do sector público como um importante ponto de partida para a defesa de causas**, particularmente nos casos em que as condições impostas pelo FMI estão a afectar o recrutamento e a retenção de professores, bem como os sistemas de ensino público em geral.

Aprendizagem entre pares – Uganda e Zâmbia

O Grupo de Defesa Orçamental da Sociedade Civil do Uganda (CSBAG) apresentou dados que mostram que os pagamentos de juros cresceram 91,5% entre 2022 e 2026, enquanto a despesa com a educação cresceu apenas 8,3%. Uma reflexão captou a dimensão da crise: o montante gasto no serviço da dívida num único ano poderia financiar os subsídios per capita do ensino básico do Uganda durante 54 anos.

A Coligação Nacional de Educação da Zâmbia (ZANEC) reflectiu sobre a experiência da Zâmbia em matéria de incumprimento e reestruturação da dívida, destacando como a dependência do financiamento externo pode deixar os países vulneráveis a pressões de austeridade e a condicionais externas. A despesa com a educação aumentou temporariamente em 2022, permitindo o recrutamento de 30 000 professores depois de a Zâmbia ter entrado em incumprimento e não ter de pagar aos credores externos.

Os participantes reconheceram cada vez mais que as lutas pela justiça da dívida, pela tributação progressiva e pelo financiamento da educação estão profundamente interligadas.



Participantes a interagir.

Aprofunde

Para aceder a todas as apresentações, gravações e recursos partilhados desta sessão, digitalize o código QR.



Apresentação do CSBAG aplicando o quadro dos 4S para analisar o orçamento do Uganda durante o workshop.

Momento de aprendizagem 3

Justiça fiscal é justiça na educação

«Os recursos perdidos devido a isenções fiscais e fluxos financeiros ilícitos poderiam financiar a construção de mais de 63 000 salas de aula.»

LUIS MUTONDO, MEPT, MOÇAMBIQUE

Com base em discussões anteriores sobre a dívida e o espaço fiscal, esta sessão explorou como os governos podem expandir os recursos públicos globais disponíveis para a educação. As discussões centraram-se na tributação progressiva, na mobilização de recursos internos, nos fluxos financeiros ilícitos e na justiça fiscal global.

Principais lições da sessão

- **A justiça fiscal é justiça na educação.** Os participantes reconheceram cada vez mais que o financiamento da educação não pode ser separado dos debates sobre tributação, receitas públicas e justiça económica. Uma perspectiva global apresentada durante a sessão destacou que se estima que 492 mil milhões de dólares sejam perdidos anualmente devido a abusos fiscais. Recuperar estes recursos – combinado com um pequeno imposto sobre os 0,5% mais ricos – poderia ajudar a financiar o ensino básico a mais de 72 milhões de crianças que não frequentam a escola.
- **A forma como os governos angariam receitas é importante.** As discussões destacaram como muitos sistemas fiscais africanos dependem fortemente do IVA e de outros impostos sobre o consumo que afectam desproporcionalmente as famílias de rendimentos mais baixos, enquanto as empresas e as indústrias extractivas beneficiam frequentemente de isenções e incentivos que reduzem as receitas públicas.
- **A tributação continua a ser uma área negligenciada na defesa da educação.** Uma reflexão significativa que emergiu da sessão foi que a tributação é frequentemente insuficientemente integrada no trabalho das coligações de educação, apesar da sua importância na determinação dos recursos disponíveis para a educação pública.
- **As coligações no domínio da educação precisam de se envolver numa fase mais precoce.** Os participantes reflectiram sobre a importância de influenciar as decisões que moldam as receitas públicas muito antes da finalização dos orçamentos anuais, incluindo reformas fiscais, estratégias de receitas a médio prazo ou estratégias de receitas, processos financeiros parlamentares e negociações fiscais internacionais.
- **A defesa de causas a nível nacional e a reforma fiscal global estão interligadas.** A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Fiscal Internacional foi identificada como uma oportunidade importante para apoiar a elaboração de regras fiscais internacionais mais justas e inclusivas e para ligar a defesa do financiamento nacional da educação aos esforços de reforma a nível global.

Aprendizagem entre pares – Moçambique e Essuatíni

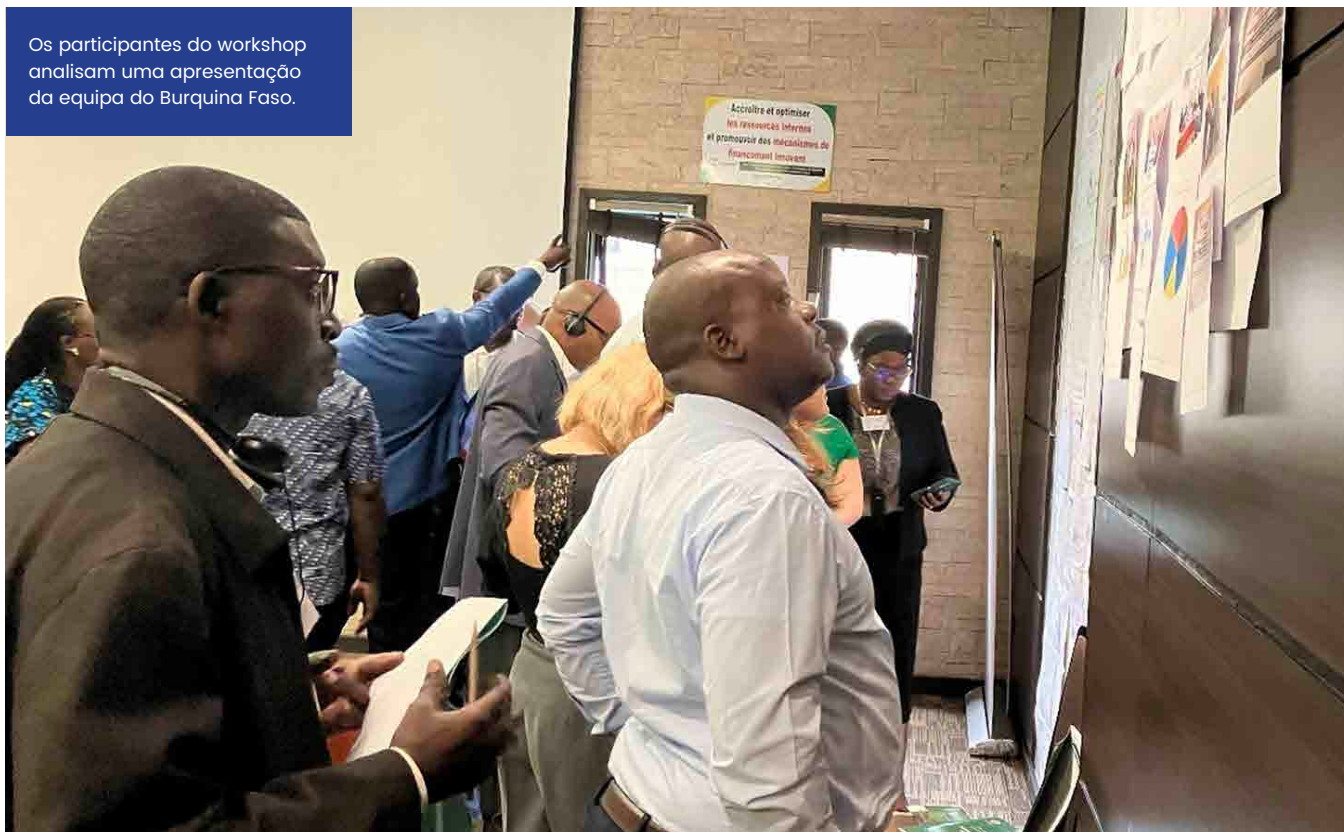
A Coligação Nacional para a Educação de Moçambique (MEPT) partilhou como as extensas isenções fiscais para megaprojectos continuam a minar as receitas internas. Apesar da significativa riqueza em recursos naturais do país, aproximadamente 84% do investimento na educação é financiado por fontes de financiamento externo. Luis Mutondo, do MEPT, observou que os recursos perdidos através de isenções fiscais e fluxos financeiros ilícitos seriam suficientes para construir 63 000 salas de aula e apelou a mecanismos mais fortes para garantir que as receitas das indústrias extractivas contribuam directamente para o financiamento da educação pública.

A Campanha da Rede da Suazilândia para a Educação para Todos (SWANCEFA) destacou como os fluxos financeiros ilícitos, a facturação comercial fraudulenta, a transferência de lucros, os preços de transferência e a transferência de lucros para jurisdições com baixa tributação reduzem as receitas disponíveis para os serviços públicos. O seu apelo à divulgação pública de relatórios país a país por parte das empresas multinacionais e à reforma das regras fiscais internacionais teve grande repercussão junto dos participantes.

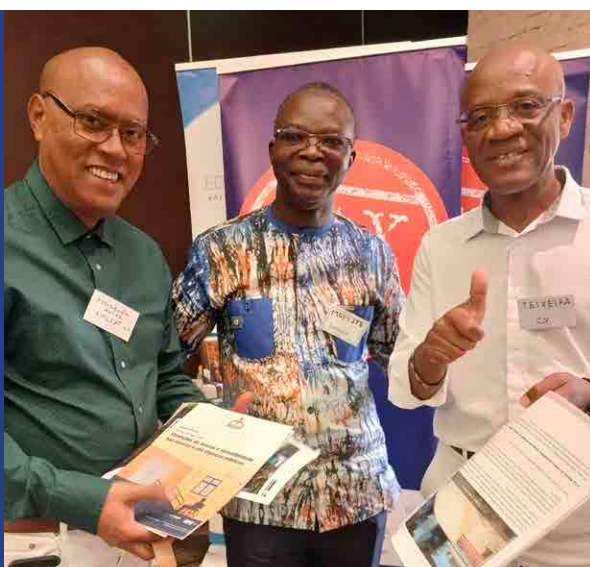
«África tem os recursos — o desafio é garantir que seus países beneficiem.»

THULANI LUSHABA, SWANCEFA, ESSUATÍNI

Os participantes do workshop analisam uma apresentação da equipa do Burquina Faso.



Participantes a interagir durante o workshop.



Aprofunde

Para aceder a todas as apresentações, gravações e recursos partilhados desta sessão, digitalize o código QR.



Momento de aprendizagem 4

Os Orçamentos da Educação São Sensíveis Suficientes para Garantir Igualdade?

«Precisamos de traduzir a inclusão do princípio para o planeamento – isso significa orçamentos, não apenas palavras.»

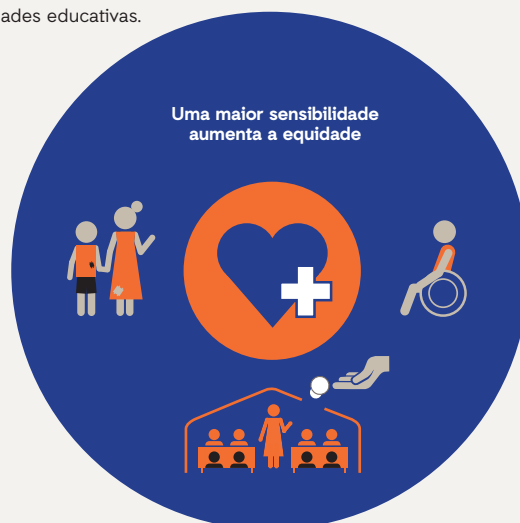
SYLVAIN ALOUBANI, DEDRAS-ONG / SOCIAL WATCH BENIM

A sessão sobre Sensibilidade centrou-se na questão de saber se os orçamentos para a educação respondem à desigualdade, à exclusão e às necessidades dos alunos e comunidades marginalizados. Com base em discussões anteriores sobre a dimensão e a disponibilidade dos recursos, os participantes exploraram como as decisões de financiamento podem reforçar ou reduzir as desigualdades relacionadas com o género, a deficiência, a geografia, a pobreza e padrões mais amplos de exclusão.

Principais conclusões da sessão

- **Os orçamentos para a educação nunca são neutros.** As decisões de financiamento determinam directamente quem é incluído, excluído, priorizado ou deixado para trás.
- **Quem está a faltar no orçamento?** A sessão levou os participantes a ir além de perguntar quanto é gasto, para questionar se alguns alunos permanecem invisíveis nos sistemas de planeamento, orçamentação e monitorização.
- **Os dados são importantes para a inclusão.** Sem dados desagregados, é difícil identificar desigualdades, direccionar recursos de forma eficaz ou avaliar se a despesa pública está a chegar às pessoas em maior risco de exclusão.
- **A inclusão deve ser integrada nos sistemas de planeamento, alocação e responsabilização desde o início.** A sensibilidade não pode ser tratada como uma reflexão tardia ou abordada apenas através de programas isolados.

A **sensibilidade** do orçamento está relacionada com a medida em que os orçamentos e as despesas abordam as desigualdades educativas.



Aprendizagem entre pares – Benim e Nigéria

As contribuições da *Développement Durable, Décentralisation et Action Sociale* (DEDRAS) e da Social Watch Benim destacaram uma importante lição metodológica: ter um orçamento não é o mesmo que ter um orçamento sensível à desigualdade.

Utilizando dados desagregados por género, deficiência e localização geográfica, o Projecto de Equidade e Monitorização do Orçamento da Educação (RePEM) analisou quem é efectivamente beneficiado pelos gastos com a educação. Apesar do aumento das dotações e de um plano sectorial de educação em vigor desde 2018, persistem disparidades significativas. As estruturas de classificação orçamental existentes também dificultaram a avaliação de quais os recursos que estavam a chegar aos alunos e comunidades marginalizados.

A mensagem de sensibilização da apresentação foi clara: pressionar por mais dinheiro por si só não é suficiente se o orçamento não conseguir identificar a quem esse dinheiro se destina.

A FACICP Disability Plus (Nigéria) destacou como a orçamentação inclusiva em relação à deficiência garante que os alunos com deficiência sejam visíveis nas decisões de financiamento. Os participantes ouviram como reformas, incluindo a Lei da Deficiência (2019), a criação da Comissão Nacional da Deficiência e uma abordagem dupla que combina rubricas orçamentais dedicadas à deficiência com a integração em todos os sectores, estão a ajudar a incorporar a inclusão nos processos de orçamentação pública.

Ao mesmo tempo, subsistem desafios significativos. As lacunas de dados continuam a limitar a monitorização e a prestação de contas, é necessária a capacitação de decisores políticos e de organizações de pessoas com deficiência, e é necessária uma mudança mais ampla de abordagens baseadas na assistência social para um orçamento baseado nos direitos.

«África tem os recursos — o desafio é garantir que seus países beneficiem.»

THULANI LUSHABA, SWANCEFA, ESSUATÍNI

Participantes a interagir durante o workshop.



Aprofunde

Para aceder a todas as apresentações, gravações e recursos partilhados desta sessão, digitalize o código QR.



Momento de Aprendizagem 5

Seguir o Fluxo do Dinheiro até à Execução

«Um orçamento pode parecer ter sido amplamente executado no papel, enquanto a execução no terreno continua a ser fraca.»

PAMELA AGBOZO / SOCIAL WATCH BENIM

A sessão final sobre Fiscalização centrou-se nos mecanismos de transparência, responsabilização e supervisão necessários para garantir que o financiamento da educação chegue às escolas, aos professores e aos alunos de forma eficaz e equitativa. As discussões exploraram a lacuna que frequentemente existe entre os compromissos políticos, as dotações orçamentais, os desembolsos efectivos e a execução na prática.

Principais lições da sessão

- **A atribuição de verbas não garante a execução.** Uma rubrica orçamental, uma autorização ou mesmo uma elevada taxa de execução não significam necessariamente que os recursos cheguem às escolas, aos professores e aos alunos conforme previsto.
- **Uma elevada execução orçamental nem sempre significa uma implementação bem-sucedida.** Os participantes exploraram a diferença entre conformidade financeira e prestação efectiva de serviços, destacando a necessidade de olhar para além dos números relativos às despesas para avaliar o que a despesa pública alcança na prática.
- **A transparência, por si só, é insuficiente.** A informação só se traduz em responsabilização quando as comunidades podem aceder a ela, compreendê-la e agir com base nela. As comunidades desempenham um papel fundamental na monitorização do financiamento da educação, reforçando o conceito que o escrutínio não é apenas um processo técnico, mas também democrático e político.
- **A monitorização comunitária reforça a responsabilização.** Os participantes destacaram a importância de ferramentas práticas de escrutínio orçamental, mecanismos de supervisão por parte dos cidadãos e processos de monitorização liderados pela comunidade que ajudam a verificar se os recursos chegam aos destinos pretendidos.

O **escrutínio** do orçamento ajuda a garantir que o dinheiro atribuído à educação chegue onde é necessário – a tempo!



Aprendizagem entre pares – Gana e Nigéria

A contribuição da Social Watch Benim revelou uma distinção importante entre as taxas de execução financeira e os resultados da implementação. Pamela Agbozo apresentou uma análise estruturada do orçamento do Ministério do Ensino Secundário e Técnico, mostrando como taxas elevadas de execução orçamental podem mascarar um desempenho mais fraco no terreno. Na educação técnica e profissional, por exemplo, a despesa

parecia elevada no papel, mas apenas 64,4% das actividades planeadas foram efectivamente realizadas. Estrangulamentos administrativos, atrasos no desembolso de fundos e escassez de professores qualificados contribuíram para essa discrepância. A principal lição de incidência política foi clara: o escrutínio deve ir além dos números da despesa para questionar o que a despesa pública realmente proporciona.

No Gana, o Consórcio CLEAR demonstrou como os Inquéritos de Acompanhamento da Despesa Pública (PETS), os quadros de avaliação comunitários, a monitorização do orçamento distrital e os mecanismos de responsabilização dos cidadãos podem transformar as comunidades de destinatárias passivas em actores activos na responsabilização.

A experiência da Nigéria, apresentada pela Civil Society Action Coalition on Education for All (CSACEFA), mostrou como é o escrutínio quando são as próprias comunidades a conduzir o processo. Através de assembleias públicas, envolvimento dos meios de comunicação social e acompanhamento de projectos, a monitorização liderada pelos cidadãos expôs a discrepância entre as dotações, a despesa real e as realidades vividas nas escolas e comunidades.

«Será que o dinheiro chega realmente na totalidade, a tempo e onde é necessário?» SAMIRA GALADIMA, FUNDAÇÃO MENINA ADDA

Aprofunde

Para aceder a todas as apresentações, gravações e recursos partilhados desta sessão, digitalize o código QR.



Participantes francófonos numa discussão durante uma sessão de trabalho.



Participantes lusófonos numa discussão durante uma sessão de trabalho em grupo.

Aprendendo Juntos Cara a Cara – Da Aprendizagem à Voz Colectiva

A Convocação de Nairobi sobre a Colaboração

«A colaboração passou da percepção à influência.»

RICHARD OLONG, GESTOR DE PROGRAMAS REGIONAIS DA EDUCATION OUT LOUD

Após mais de um ano de intercâmbio virtual, os participantes reuniram-se em Nairobi durante a Semana de Acção Global pela Educação para um encontro presencial de três dias que culminou no lançamento da Carta de Nairobi sobre a Transformação do Financiamento da Educação.

Como reflectiu Cheikh Mbow, da COSYDEP

«a colaboração teve origem num workshop de aprendizagem em Acra há mais de um ano e cresceu a partir do reconhecimento comum de que, apesar dos diversos contextos linguísticos e nacionais, o financiamento da educação era um desafio universal».

O encontro criou um espaço para aprofundar a análise política, reforçar a solidariedade entre países, aperfeiçoar as posições de defesa e consolidar uma visão partilhada para a transformação do financiamento da educação. Através de apresentações nacionais, visitas guiadas e sessões de intercâmbio prático, os participantes compararam a forma como o quadro 4S estava a ser aplicado em diferentes contextos nacionais e partilharam experiências de envolvimento parlamentar, acompanhamento de despesas, campanhas fiscais, defesa da dívida, orçamentação inclusiva para pessoas com deficiência, formação de coligações e abordagens de responsabilização comunitária.

Os comentários da avaliação destacaram consistentemente o valor da aprendizagem entre pares e do intercâmbio multinacional:

«A parte mais valiosa foi a oportunidade de intercâmbio directo e aprendizagem entre pares. Estar no mesmo espaço facilitou a realização de discussões abertas, a partilha de experiências reais e a aprendizagem com os diferentes contextos nacionais.»

A convocação também reforçou as ligações entre a defesa do financiamento da educação e movimentos mais amplos em prol da justiça fiscal, justiça da dívida, direitos das pessoas com deficiência, justiça de género e reforma económica.

Enxergar o panorama geral

Uma das mudanças mais evidentes que emergiu através da Colaboração foi o reconhecimento crescente de que o financiamento da educação não pode ser compreendido apenas através dos orçamentos da educação.

Os participantes relacionaram cada vez mais o financiamento da educação com o serviço da dívida, as medidas de austeridade, a tributação progressiva, os fluxos financeiros ilícitos e as lutas mais amplas pela justiça económica. Questões que são frequentemente discutidas separadamente tornaram-se cada vez mais interligadas através do quadro dos 4S.

Como reflectiu um participante:

«Percebemos que, mesmo com uma percentagem relativamente elevada para a educação, a dívida muda tudo, porque o nosso governo só contabiliza essa percentagem depois de ter liquidado as dívidas. Isso dá uma falsa sensação de que estão a gastar mais.»

Isto tornou-se uma importante conclusão colectiva em toda a Colaboração: aumentar apenas a percentagem do orçamento para a educação não é suficiente se o orçamento público global continuar limitado pelo serviço da dívida e pela fraca mobilização de recursos internos.

David Archer, da ActionAid International, reforçou este desafio:

«Qualquer país que gaste mais no serviço da dívida do que na educação deve ser priorizado para a reestruturação e o cancelamento da dívida.»

Os participantes reconheceram também, cada vez mais, que a defesa do financiamento da educação deve envolver-se em debates mais amplos sobre política fiscal.

Como observou Everlyn Muendo, da Tax Justice Network Africa:

«A defesa de causas começa frequentemente demasiado tarde, na fase do projecto de lei das finanças, em vez de mais cedo, quando o MTRS está a ser analisado.»

As discussões reforçaram que a transformação do financiamento da educação requer alianças mais fortes para além do próprio sector da educação, ligando a defesa da educação a lutas mais amplas em torno da justiça fiscal, justiça da dívida, direitos das pessoas com deficiência, justiça de género e serviços públicos equitativos.

Aprendendo com o Brasil: Testando abordagens para calcular o custo da qualidade por aluno

O encontro proporcionou também uma oportunidade para os participantes partilharem lições retiradas de doze meses de implementação piloto da abordagem brasileira do Custo da Educação de Qualidade por Aluno (CAQi) em Cabo Verde, Essuatíni, Moçambique e Uganda.

Uma conclusão fundamental foi que os debates sobre financiamento não devem partir das limitações fiscais existentes, mas sim dos recursos necessários para garantir uma educação de qualidade.

Como explicou a professora Adriana Dragone Silveira, da equipa do CAQi Brasil:

«A qualidade na educação de massas começa antes da sala de aula, com infra-estruturas, recursos e condições de trabalho que permitam que uma aprendizagem significativa se consolide.»

Os participantes consideraram que a abordagem CAQi ajudou a levar os debates para além dos meros parâmetros de referência em termos de despesas e proporcionou uma forma prática de ligar as necessidades de financiamento directamente à qualidade e à equidade educativas.

Os comentários da avaliação destacaram o valor de combinar a geração de evidências com a defesa de causas:

«O que mais me marcou na Investigação-Acção foi a sua abordagem prática e participativa. Não se trata apenas de produzir conhecimento, mas de ligar as evidências directamente à defesa de causas e à mudança.»

Houve um forte consenso entre os participantes de que a abordagem deveria ser adaptada e alargada a outros países, com muitos a destacarem o seu potencial para reforçar a defesa de causas baseada em evidências e o envolvimento do governo.

Andressa e Adriana a apresentarem o quadro CAQi.



A Carta de Nairobi

O encontro culminou no lançamento da [Carta de Nairobi sobre a Transformação do Financiamento da Educação](#), reunindo membros da Colaboração para a Aprendizagem juntamente com representantes da Parceria Global para a Educação, do governo queniano e dos sindicatos de professores quenianos.

Baseada no quadro dos 4S – Partilha, Dimensão, Sensibilidade e Escrutínio –, a Carta opõe-se à austeridade e insiste que o financiamento da educação deve ser orientado pelos direitos humanos, em vez de limites fiscais arbitrários. Os seus pilares centrais incluem a expansão da mobilização de recursos internos através de uma tributação progressiva, a resistência a pesados encargos da dívida e medidas de austeridade, a garantia de dotações orçamentais orientadas para a equidade e sensíveis às questões de género, e o reforço do escrutínio público e da governação financeira participativa.

Desde o lançamento da Carta de Nairobi, as coligações participantes já começaram a utilizá-la em espaços de defesa de direitos a nível nacional. Os membros da *Learning Collaborative* lançaram publicamente a Carta junto dos meios de comunicação social e convidados nos seus países, ajudando a chamar uma atenção mais ampla para as ligações entre o financiamento da educação, a dívida, a tributação, a desigualdade e a justiça económica.

Várias coligações já começaram a adaptar e a utilizar a Carta no âmbito dos processos nacionais de defesa de causas. Na Zâmbia, a [Coligação Nacional de Educação da Zâmbia](#) (ZANEC) apresentou a Carta durante o Fórum de Diálogo Pré-Orçamental de 2026, apelando a que os seus princípios se reflectissem nas discussões sobre o orçamento da educação do país para 2027. Na Nigéria, organizações da sociedade civil e defensores da educação utilizaram igualmente a Carta [para combater o subfinanciamento crónico](#), as pressões de austeridade e os padrões de financiamento injustos que afectam a educação das raparigas.

Os comentários da avaliação revelaram um forte sentimento de apropriação da Carta e dos seus compromissos:

«A Carta não foi imposta – foi construída através do diálogo, o que a torna muito mais legítima e poderosa como ferramenta de defesa.»

«Ter estas prioridades claramente articuladas num quadro comum dá-nos uma voz mais forte e unificada.»



Um representante da GPE na cerimónia de lançamento da Carta de Nairobi.

Um Olhar para Trás e Um Olhar ao Futuro

A convocação em Nairobi não marcou o fim do processo, mas sim o início de uma nova fase de colaboração e defesa colectiva.

Quase todos os participantes (95%) classificaram a Colaboração de Aprendizagem como de valor elevado ou extremamente elevado. Os participantes relataram os maiores ganhos de aprendizagem em áreas onde a avaliação inicial das necessidades tinha identificado as lacunas mais profundas, particularmente dívida, tributação, sensibilidade orçamental e abordagens de financiamento inclusivas.

A avaliação final sugere que a Colaboração mudou não só o que os participantes sabiam, mas também a forma como abordavam a própria defesa de causas:

«A mudança mais significativa para a qual a Colaboração de Aprendizagem contribuiu é uma mudança na forma como abordamos a defesa de causas – passando de mensagens baseadas na experiência para uma acção mais estruturada, informada por dados e estrategicamente alinhada.»

Talvez o mais significativo seja o facto de a avaliação sugerir que a Colaborativa ajudou a construir uma comunidade de prática duradoura em torno do financiamento da educação:

«Esta Colaboração de Aprendizagem deu origem a uma rede de OSC que trabalham no financiamento da educação.»

«Tínhamos uma só voz.»

Muitos participantes descreveram novas colaborações, relações regionais mais fortes e um compromisso partilhado de continuar a aprender e a trabalhar em conjunto para além da duração do projecto.

A avaliação sugere que algo duradouro foi construído: relações regionais mais fortes, uma análise colectiva mais profunda, ferramentas práticas para a defesa de causas e, talvez o mais importante, uma plataforma partilhada para a acção colectiva com vista a promover um financiamento da educação equitativo e baseado nos direitos em toda a África.



Coordenada pela ActionAid International e apoiada pela Education Out Loud, a Colaboração de Aprendizagem baseou-se no quadro 4S da ActionAid (Partilha, Dimensão, Sensibilidade e Escrutínio).

Através da aprendizagem multilingue, da investigação-acção, do apoio técnico e do intercâmbio entre pares, a Colaboração apoiou coligações de educação em toda a África para reforçar a defesa de direitos baseada em evidências sobre financiamento da educação, dívida, tributação, equidade e responsabilização.

A ActionAid também facilitou a adaptação da metodologia CAQi do Brasil em quatro países africanos e apoiou o desenvolvimento colectivo da Carta de Nairobi sobre a Transformação do Financiamento da Educação.

As seguintes organizações fizeram parte do percurso da Colaboração de Aprendizagem ao longo dos 18 meses — outros beneficiários da EOL também se juntaram a nós numa ou mais sessões.

1. ActionAid, Internacional
2. Fundação Adda para a Educação das Raparigas, Nigéria
3. Association des Personnes Rénovatrices des Technologies Traditionnelles (APRETECTRA), Benim
4. Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Brasil
5. Coligação Nacional para a Educação para Todos do Burquina Faso (CN-EPT/BF), Burquina Faso
6. Coalizão de Organizações em Sinergia para a Defesa da Educação Pública (COSYDEP), Senegal
7. Grupo de Defesa Orçamental da Sociedade Civil (CSBAG), Uganda
8. Organização para o Desenvolvimento Sustentável, o Fortalecimento e a Autopromoção das Estruturas Comunitárias (DEDRAS), Benim
9. Coligação para a Educação do Zimbábue (ECOZI)
10. Coalizão Elimu Yetu (EYC), Quénia
11. Coalizão Educativa Tunisina (CET)
12. Movimento de Educação para Todos (MEPT), Moçambique
13. Campanha Global pela Educação (GCE)
14. Rede Nacional da Campanha de Educação para Todos - Cabo Verde (RNCEPT-CV), Cabo Verde
15. School for Life, Gana
16. Aliança Tax-Ed
17. YEFL-Gana
18. Coligação Nacional da Suazilândia para a Educação para Todos (SWANCEFA)
19. Coligação Nacional para a Educação da Zâmbia (ZANEC)

Com os nossos agradecimentos,

Expressamos o nosso sincero agradecimento ao Fórum e Rede Africana sobre Dívida e Desenvolvimento (AFRODAD), à Rede de Justiça Fiscal (TJN), à Rede de Justiça Fiscal África (TJNA), à Campanha Brasileira pelo Direito à Educação e à FACICP Disability Plus (Nigéria) por partilharem os seus conhecimentos especializados, experiência e perspetivas práticas ao longo das sessões de aprendizagem e do encontro presencial.